



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639998 - SP (2021/0012471-3)

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCAS FERREIRA DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS FERREIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0007926-56.2020.8.26.0026).

Em cumprimento de pena, foi deferido ao paciente o pedido de incidência do percentual de 40% (2/5) para o cálculo da progressão de regime porquanto ausente a reincidência específica. O entendimento foi reformado pelo Tribunal de modo a incidir o percentual de 60% (3/5), ante o entendimento de que a previsão legal não exige que a reincidência seja específica.

O impetrante sustenta a existência de constrangimento ilegal, pois, por não se tratar de reincidência específica, a ratificação do cálculo para progressão de regime deve observar o lapso de 2/5 de cumprimento de pena, e não os 3/5 determinados pelo acórdão atacado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para estabelecer a fração de 2/5 para a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência